



## OS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NOS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 1995/1996, 2006 e 2017

Lucas Pauli <sup>1</sup>

### RESUMO

A elaboração e execução dos Censos Agropecuários possui grande relevância para a pesquisa e a gestão pública, sendo a principal fonte de dados sobre o campo brasileiro. No ano de 2020, tornou-se uma pesquisa secular, completando 100 anos desde sua primeira publicação em 1920. Desde então foram produzidos dez Censos Agropecuários posteriores a esse, nos anos de: 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017. Todos esses Censos retrataram e quantificaram o campo brasileiro a sua época, possibilitando compreender os aspectos relacionados às transformações em curso no espaço agrário nacional. Com essa perspectiva, tomamos para análise os estabelecimentos agropecuários nos três últimos Censos Agropecuários visando explorar as características e organização/distribuição no Brasil, para tanto utilizamos os dados de: número e área total dos estabelecimentos, condição dos produtores em relação às terras, grupos de áreas e o uso da terra. Também visamos analisar as metodologias dos recenseamentos referente aos estabelecimentos agropecuários de modo a compreender se houve mudanças significativas na composição dos dados. Por fim, o aporte teórico que orienta o trabalho é a leitura crítica sobre o campo brasileiro baseado na questão agrária.

**Palavras-chave:** Censos Agropecuários, Estabelecimentos Agropecuários, Questão agrária.

### RESUMEN

La elaboración y ejecución los Censos Agropecuarios posee gran relevancia para la investigación y la gestión pública, siendo la principal fuente de datos sobre el campo brasileño. En 2020 se convirtió en una investigación secular, completando 100 años desde su primera publicación en 1920. Desde entonces, se han elaborado diez Censos Agrarios posteriores en los años 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996, 2006 y 2017. Todos estos Censos retrataron y cuantificaron el campo brasileño de la época, permitiendo comprender los aspectos relacionados con las transformaciones en curso en el espacio agrario nacional. Con esta perspectiva, tomamos para el análisis los establecimientos agropecuarios en los tres últimos Censos Agropecuarios con el fin de entender las características y la organización/distribución en Brasil, para ello utilizamos datos sobre el número y área de los establecimientos, la condición de los productores con relación a la tierra, grupos de áreas y lo uso de la tierra. También nos propusimos analizar las metodologías de los censos relacionados con los establecimientos agrícolas para entender si había cambios significativos en la composición de los datos. Finalmente, el soporte teórico que orienta el trabajo es la lectura crítica del campo brasileño a partir de la cuestión agraria.

**Palabras clave:** Censos Agropecuario, Establecimientos Agropecuarios, Cuestión agraria.

### INTRODUÇÃO

No ano de 2020, os Censo Agropecuários completaram 100 anos desde a sua primeira publicação em 1920. Tomando um percurso histórico da produção dos Censos Agropecuários

---

<sup>1</sup> Doutorando do Curso de Geografia Humana, Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - SP, [lucasppauli@usp.br](mailto:lucasppauli@usp.br). Bolsista FAPESP. Processo: 2020/04901-6



no Brasil, o Censo 1920 foi produzido dentro do Recenseamento Geral mediante a Lei N° 4.017 de janeiro de 1920, conhecida como Lei dos Censos que instituiu a periodicidade de 10 anos para elaboração e publicação dos recenseamentos da população e econômico (FLORIDO, 2004). Desde o primeiro Censo de 1920 outros foram realizados em: 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017. Os três últimos censos foram escolhidos para a análise no presente trabalho.

O Censo Agropecuário de 1995/1996, tem características diferentes dos outros censos produzidos até aquele momento, visto que adotou o ano agrícola (período entre a plantação/semeadura até a colheita) para a coleta de dado ao invés do ano civil. Esse censo, também, coletou informações de um período com mudanças estruturais tanto em âmbito internacional e nacional que impactaram no campo brasileiro. Segundo IBGE (1998, p.34), os processos de globalização e de formação de blocos regionais entre países aumentaram a concorrência internacional.

Os reajustes econômicos nos últimos 10 anos tiveram influência sobre o campo brasileiro, destaque para as políticas de financiamento e de juros à agricultura. Com um período extenso sem um recenseamento do campo brasileiro, o censo de 1995/1996 apresentou elementos substâncias do início do processo de transformação da modernização da agricultura para uma nova estratégia de acumulação capitalista voltado ao campo brasileiro, o agronegócio.

O Censo Agropecuários de 2006, seguiu a série decenal e teve sua coleta de dados em 2007, porém com o ano civil de 2006. Houve atrasos na divulgação, os resultados só foram publicados em 2010. Para Mitidiero Júnior, Barbosa e Herick de Sá (2017), esse atraso provocou lapso temporal, prejudicando aqueles que visavam projetar o rural brasileiro e foi o primeiro censo desde 1920 com atraso maior de 10 anos para sua publicação. Todavia, houve avanços nesse censo que contou com maior aparato de tecnologia, tais como, computadores de mão para a coleta de dados.

Outro diferencial nesse censo foi a caracterização e papel da agricultura familiar no Brasil, pois coletou dados seguindo a Lei n° 11.326 de julho de 2006 que define a agricultura familiar. Isso representou um avanço para a leitura do campo brasileiro, revelando que 70% da produção de alimentos total no Brasil são advindos da agricultura camponesa (MITIDIERO JÚNIOR; BARBOSA; HERICK DE SÁ, 2017).



O Censo de 2006 sofreu fortemente influências da FAO<sup>2</sup> com premissas do *Programa del censo agropecuario mundial 2010*<sup>3</sup>. O Censo Agropecuário de 2006, evidenciou os resultados do processo de afirmação do modelo acumulação do agronegócio como perspectiva para o campo brasileiro, identificando os resultados das políticas agrícolas realizadas no segundo Governo Fernando Henrique Cardoso – 1999 a 2002 e parte do primeiro Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006). Destaque para a expansão da produção de lavouras temporárias, correspondendo ao aumento da produção de *commodities*, como a cana-de-açúcar e soja.

O último Censo Agropecuário realizado foi em 2017. Após onze anos, sua execução quase ficou impossibilitada devido ao contexto político no Brasil, com o golpe de Estado contra a Presidente em exercício, Dilma Rousseff, no ano de 2016. O IBGE cogitou não realizar o Censo por falta de verbas e de restrições orçamentárias. No começo do ano de 2017, iniciou-se o processo de coleta dos dados, mesmo com orçamento reduzido e com corte de várias variáveis que implicou no sucateamento do recenseamento.

O Censo foi produzido e teve seus primeiros resultados divulgados em 2018 e com sua versão final em 2019. Esse Censo apresentou dados do fim do primeiro Governo Luiz Inácio Lula da Silva e do seu segundo Governo (2007 a 2010) e do primeiro e segundo até o momento do golpe no Governo Dilma Rousseff (2011 a 2016). Período com destaque para o amplo processo de reprimarização da economia, com a consolidação do agronegócio.

Com esse breve histórico dos Censos Agropecuários elencados para a análise no trabalho, destacamos a importância dos Censos para a pesquisa científica e para compreensão do campo brasileiro, desde a suas configurações espaciais e os impactos das políticas agrícolas, econômicas e sociais. Dessa forma, a realização dos Censos, tanto agropecuários ou demográficos são necessários para compreender o país em diversos aspectos, no sentido de contribuir para políticas públicas e análises pontuais e estruturais.

Ressaltamos que a não realização dos censos descumpra a legislação brasileira, de acordo com a Lei nº 8.184 de maio de 1991, na qual instituiu periodicidade de dez anos para o Censos Demográficos e cinco anos para os Censos Econômicos (agropecuário, industrial, comercial e de serviços). Logo, os cortes orçamentários no IBGE realizados pelo Governo Bolsonaro em 2020 são inconstitucionais e prejudicam uma leitura profunda das desigualdades sociais e econômicas no país. Os censos são indispensáveis para um projeto de nação.

---

<sup>2</sup> Food and Agriculture Organization of the United Nations.

<sup>3</sup> Programa de financiamento da FAO para realização de censos agropecuários, visava padronizar procedimentos metodológicos com a finalidade de comparação entre outros países associados ao Programa.



Com essas perspectivas, delimitamos o objetivo do trabalho, analisar a organização/distribuição dos estabelecimentos agropecuários no Brasil nos últimos três Censos Agropecuários de 1995/1996, 2006 e 2017, no que diz respeito, ao número e área total dos estabelecimentos, condição dos produtores em relação às terras, grupos de áreas e o uso da terra. Também, visamos analisar as metodologias dos recenseamentos referente aos estabelecimentos agropecuários a modo de compreender se houve mudanças significativas na composição dos dados.

## **METODOLOGIA**

Recorremos a produção de mapas e tabelas para alcançar à proposta do trabalho, constituindo uma análise comparativa de dados entre os Censos Agropecuários em questão. A principal base de dados utilizada foi o SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), no qual possui as tabelas dos Censos Agropecuários já produzidos. Os dados foram estruturados em arquivos *xls*. executáveis no programa *Microsoft Excel* e organizados de acordo com os mecanismos de leitura do *Philcarto*, programa utilizado para o mapeamento.

No que tange o objetivo referente à análise das mudanças metodológicas na categoria de estabelecimentos agropecuários, debruçamos sobre os materiais produzidos pelo IBGE referente aos Censos Agropecuários, como as notas técnicas e as publicações dos resultados definitivos. Por fim, a revisão bibliográfica conclui o leque de procedimentos metodológicos utilizados no trabalho. Os principais temas e conceitos levantados foram: questão agrária, estabelecimentos agropecuários, propriedade privada da terra, estrutura fundiária, cartografia geográfica e a história dos Censos Agropecuários.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Temos como aporte teórico a leitura crítica sobre o campo brasileiro, principalmente com aqueles autores<sup>4</sup> que discutem a questão agrária na perspectiva das contradições do desenvolvimento do capitalismo. De acordo com Fernandes (2001, p.23) a questão agrária pode ser definida como um “[...] movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção”. Nesse sentido, a questão agrária é o

---

<sup>4</sup> Guimarães (1968), Martins (1994), Oliveira (2004), Fernandes (2001).



resultado das contradições do capitalismo no campo e, que segundo Fernandes (2006) no Brasil e na América Latina são resultados da:

[...] estrutura fundiária intensamente concentrada e com os processos de expropriação e exclusão dos camponeses, nas diversas modalidades em que produzem suas condições de sobrevivência. A resistência a esses processos se expressa na luta pela terra, pela reforma agrária e por condições dignas de trabalho.

Considerando a estrutura fundiária como elemento central na questão agrária no Brasil, de acordo com Faria (2020, p.55) “[...] a propriedade privada capitalista das terras configura-se como a forma hegemônica de acesso ao território brasileiro. Ela é fundamento da concentração de riqueza, da violência e dos conflitos fundiários”. Nesse sentido, Prieto (2020, p.155) afirma que o “capitalismo rentista brasileiro é operado pela aliança entre terra e capital, a qual encontrou na manutenção da concentração fundiária e de sua expansão a partir da grilagem o sedimento de reprodução das classes dominantes, produzindo uma natureza específica do capitalismo brasileiro”.

Com essa característica rentista, a concentração da terra torna-se um dos impactos do capitalismo no campo agravando a questão agrária. Frisamos que esse problema da concentração da estrutura fundiária remonta ao passado, especificamente em 1850, com a Lei de Terras, no qual instituiu a propriedade privada da terra via transformação da terra em mercadoria. Com a Lei de Terras, a única forma de acesso à terra era via compra, findando o sistema de sesmarias<sup>5</sup> que vigorava naquele período.

A Lei de Terras contribuiu para a concentração de terra no país, visto a formação de grandes latifúndios nas mãos de poucas pessoas e que em sua maioria foram adquiridos a partir de práticas de grilagem. De acordo com Stedlie (2005, p.23) a Lei de Terras “[...] regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil”. Desse modo, o Brasil possui “heranças malditas” das práticas concentradoras de terra no período colonial que resultam em questões direcionadas à distribuição de terras período atual, por exemplo os dados dos Censos Agropecuários analisados indicam uma maior concentração de grandes áreas no maior grupo de área (1.000 ha e mais) em poucos estabelecimentos agropecuários.

---

<sup>5</sup> O sistema de sesmarias funcionava com a distribuição de terras centralizado na Coroa, eram feitas doações de terra das capitanias hereditárias com objetivo de colonização.



Todavia, referente a essa afirmação, para uma análise profunda da estrutura fundiária brasileira, devemos diferenciar os dados utilizados, principalmente aqueles produzidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em que a unidade são os imóveis rurais (propriedade jurídica da terra) e os do Censo Agropecuário com os estabelecimentos agropecuários. Os estabelecimentos, tem como principal característica a produção agropecuária em determinada área, portanto em um imóvel rural que fracionado em diversas porções via arrendamento, parceria e ou ocupação, pode originar mais de um estabelecimento sobre o imóvel rural. Os estabelecimentos agropecuários não podem ser considerados como imóveis rurais, tendo em vista essas diferenciações pautada nas dimensões jurídicas e produtivas.

Dessa maneira, a estrutura fundiária analisada a partir dos dados do INCRA é mais detalhada. Entretanto, os dados dos estabelecimentos agropecuários também permitem uma visão de como o espaço agrário nacional é concentrador, especialmente quando analisamos os dados sobre grupos de áreas e condição dos produtores em relação às terras. Os resultados a seguir evidenciam essa questão nos três Censos analisados, por exemplo, os Proprietários detêm 90% da área total e 70% dos estabelecimentos estão sobre posse dos Proprietários.

Outro dado importante são os grupos de área, em que o grupo de área com menor área “Menos de 10 ha” foi o que apresentou maior número de estabelecimentos entre 48% e 50 % do total e menor área total 2% do total e o grupo com maior área “1.000 ha e mais” foi o que apresentou maior área total entre 45% e 48% do total e apenas 1% de estabelecimentos. Logo, temos um composição de grande número de estabelecimentos com a menor área e poucos estabelecimentos com grande área. Portanto, analisar os dados dos Censos Agropecuários, como os de estabelecimentos agropecuários, sobre o prisma da questão agrária remete compreender elementos relacionados a constituição dessa estrutura fundiária concentradora.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com a leitura das notas técnicas e as publicações dos resultados definitivos dos Censos Agropecuários analisados, notamos um maior refinamento da coleta de dados a partir do Censo Agropecuário de 2006 e 2017, por exemplo, a substituição do questionário em papel utilizado em 1995/1996 para o eletrônico com computadores de mão. Nos últimos dois censos foi privilegiado a caracterização dos estabelecimentos, no que diz respeito à forma de utilização da terra (lavouras, pastagens, matas/florestas) e do pessoal ocupado, como os dados da agricultura camponesa disponíveis a partir do Censo de 2006.



Quanto à definição de estabelecimentos agropecuários no Censo Agropecuário de 1995/1996, era considerado segundo o IBGE (1998, p.29) “todo terreno de área contínua, independentemente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária”. Sobre os quintas de residências ou hortas domésticas não foram considerados estabelecimentos.

Nesse censo, os termos “áreas confinantes” e “não confinantes” foram utilizados para parcelas de áreas com as seguintes características: para as áreas confinantes pertencentes a um só proprietário, porém com uso de outros, foi conceituado como estabelecimentos distintos. Já para as áreas não confinantes quando exploradas em conjunto com um mesmo produtor “[...] foram consideradas como único estabelecimento, desde que estivessem situadas no mesmo setor censitário e utilizassem os mesmos recursos técnicos e os mesmos recursos humanos, estando subordinadas a uma única administração.” (IBGE, 1998, p.29). Casos especiais relacionados aos estabelecimentos oriundos de instituições públicas, religiosas ou pias foram investigados diretamente às atividades ligadas a agropecuária.

No Censo Agropecuário de 2006, os estabelecimentos agropecuários foram definidos de acordo com IBGE (2009) como toda a unidade de produção parcial ou total dedicada a atividades de agropecuária, florestais e ou aquícolas subordinadas a uma única administração, sendo do produtor ou administrador. Da localização (área urbana e rural), tamanho (extensão) e sua forma jurídica foram considerados estabelecimentos se houvesse produção para subsistência e/ou para venda. (IBGE, 2009).

Não foram julgados como estabelecimentos, hortas domésticas, quintais com pequenos animais, criação de pássaros e animais destinados a produção de soros e vacinas. Casos específicos foram somados como estabelecimento, segundo IBGE (2009) quando houvesse exploração agropecuária, florestal e aquícola, sendo: as fazendas, hortos, postos zootécnicos, estações experimentais e hotéis fazenda, assim como as explorações em conventos, hospitais, asilos, orfanatos, escolas profissionais, patronatos, reformatórios, prisões ou locais para lazer. Os produtores que não necessitam de áreas específicas, os produtores sem áreas, produtores de mel, produtores de carvão vegetal com fornos e utilização de lenha de terceiros e atividades de extrativismo foram contabilizados como unidades recenseáveis.

Dos termos “áreas confinantes” e “não confinantes” não foram mais utilizados em 2006. Para a questão das parcelas de áreas “não contínuas”, foi considerado como único estabelecimento, quando exploradas por um mesmo produtor, sendo situada no mesmo setor censitário, utilizasse dos mesmo recursos técnicos e humanos e subordinadas ao produtor ou administrador (IBGE, 2009, p.41). Sobre os estabelecimentos localizados em mais de um setor



censitário, considerou a localização da sede ou se não tivesse sede, foi considerado a localização da maior parte do estabelecimento para computar o dado ao referido setor.

Por fim, no Censo Agropecuário de 2017 os estabelecimentos agropecuários possuem a definição semelhante ao de 2006, porém com diferenciação metodológica relacionada aos estabelecimentos agropecuários formados por áreas não contínuas. No Censo de 2017, foi considerado apenas como um único estabelecimento agropecuário áreas não contínuas exploradas por um mesmo produtor desde que estivessem situadas no mesmo município, utilizassem os mesmos recursos técnicos, mesmo recursos humanos e única administração (produtor ou administrador). Em 2006 eram considerados estabelecimentos distintos quando as áreas não contínuas estivessem em setores diferentes (IBGE, 2019).

Outra mudança no tocante a metodologia entre os censos de 2006 e 2017 foi desconsiderar os estabelecimentos dos “produtores sem área” quando esses eram empregados ou moradores em mesmo estabelecimento. No Censo de 2006, quando existia produção/criação agropecuária independente no mesmo estabelecimento não sendo de responsabilidade da administração/proprietário, mas do pessoal empregado ou morador, era aberto questionário como um novo estabelecimento e considerando como “produtor sem área” (IBGE, 2019). Contudo, para 2017 essa possibilidade foi suplantada e toda produção/criação de produtores moradores/empregados foi considerada dentro de um mesmo estabelecimento. De antemão, essas duas mudanças metodológicas podem ter representado diminuição do número de estabelecimentos entre 2006 e 2017.

Sobre os dados, iniciamos com a tabela 1 referente ao número de estabelecimentos agropecuários. A tabela foi organizada por unidades da federação, grandes regiões e o total (Brasil). O Censo de 1995/1996 registrou no Brasil 4.859.865 estabelecimentos. No Censo de 2006, os números aumentaram, com 5.175.636 estabelecimentos, evolução de 315.771 em relação ao Censo anterior. Já para 2017 foram contabilizados 5.073.324 estabelecimentos, redução de 102.312. Essa redução como mencionado, foi devido as duas alterações metodológicas realizados no Censo de 2017, principalmente pelas mudanças da composição dos dados da categoria “produtor sem-área”. Para todo o período, entre 1995/1996 e 2017, a variação absoluta foi com aumento para 213.459 estabelecimentos, em porcentagem isso significou 4,4%.

No que tange as grandes regiões, os dados mostraram que a região Nordeste possui o maior número de estabelecimentos nos três Censos analisados, 2.326.413, 2.454.060 e 2.322.719 estabelecimentos. Contudo, para o período houve uma redução de 3.694. Para a região com menor número de estabelecimentos, o Centro-Oeste foram recenseados 242.436,



317.498 e 347.263 estabelecimentos. Logo, um aumento para o período de 104.827, a maior variação percentual com 43,2%.

**TABELA 1 – Número de estabelecimentos agropecuários 1995/1996, 2006 e 2017**

UFS E REGIÕES	Número de estabelecimentos Censo Agro 1995/1996	Número de estabelecimentos Censo Agro 2006	Número de estabelecimentos Censo Agro 2017	Variação entre os censos de 1995/1996 e 2017	Variação em % entre os Censos 1995/1996 e 2017
<b>Norte</b>	<b>446.175</b>	<b>475.778</b>	<b>580.613</b>	<b>134.438</b>	<b>30,1</b>
Rondonia	76.956	87.078	91.438	14.482	18,8
Acre	23.788	29.483	37.356	13.568	57,0
Amazonas	83.289	66.784	80.959	-2.330	-2,8
Roraima	7.476	10.310	16.846	9.370	125,3
Pará	206.404	222.029	281.699	75.295	36,5
Amapá	3.349	3.527	8.507	5.158	154,0
Tocantins	44.913	56.567	63.808	18.895	42,1
<b>Nordeste</b>	<b>2.326.413</b>	<b>2.454.060</b>	<b>2.322.719</b>	<b>-3.694</b>	<b>-0,2</b>
Maranhão	368.191	287.039	219.765	-148.426	-40,3
Piauí	208.111	245.378	245.601	37.490	18,0
Ceará	339.602	381.017	394.330	54.728	16,1
Rio Grande do Norte	91.376	83.053	63.452	-27.924	-30,6
Paraíba	146.539	167.286	163.218	16.679	11,4
Pernambuco	258.630	304.790	281.688	23.058	8,9
Alagoas	115.064	123.332	98.542	-16.522	-14,4
Sergipe	99.774	100.607	93.275	-6.499	-6,5
Bahia	699.126	761.558	762.848	63.722	9,1
<b>Sudeste</b>	<b>841.661</b>	<b>922.097</b>	<b>969.415</b>	<b>127.754</b>	<b>15,2</b>
Minas Gerais	496.677	551.621	607.557	110.880	22,3
Espírito Santo	73.288	84.361	108.014	34.726	47,4
Rio de Janeiro	53.680	58.493	65.224	11.544	21,5
São Paulo	218.016	227.622	188.620	-29.396	-13,5
<b>Sul</b>	<b>1.003.180</b>	<b>1.006.203</b>	<b>853.314</b>	<b>-149.866</b>	<b>-14,9</b>
Paraná	369.875	371.063	305.154	-64.721	-17,5
Santa Catarina	203.347	193.668	183.066	-20.281	-10,0
Rio Grande do Sul	429.958	441.472	365.094	-64.864	-15,1
<b>Centro-Oeste</b>	<b>242.436</b>	<b>317.498</b>	<b>347.263</b>	<b>104.827</b>	<b>43,2</b>
Mato Grosso do Sul	49.423	64.864	71.164	21.741	44,0
Mato Grosso	78.763	112.987	118.679	39.916	50,7
Goiás	111.791	135.692	152.174	40.383	36,1
Distrito Federal	2.459	3.955	5.246	2.787	113,3
<b>Brasil</b>	<b>4.859.865</b>	<b>5.175.636</b>	<b>5.073.324</b>	<b>213.459</b>	<b>4,4</b>

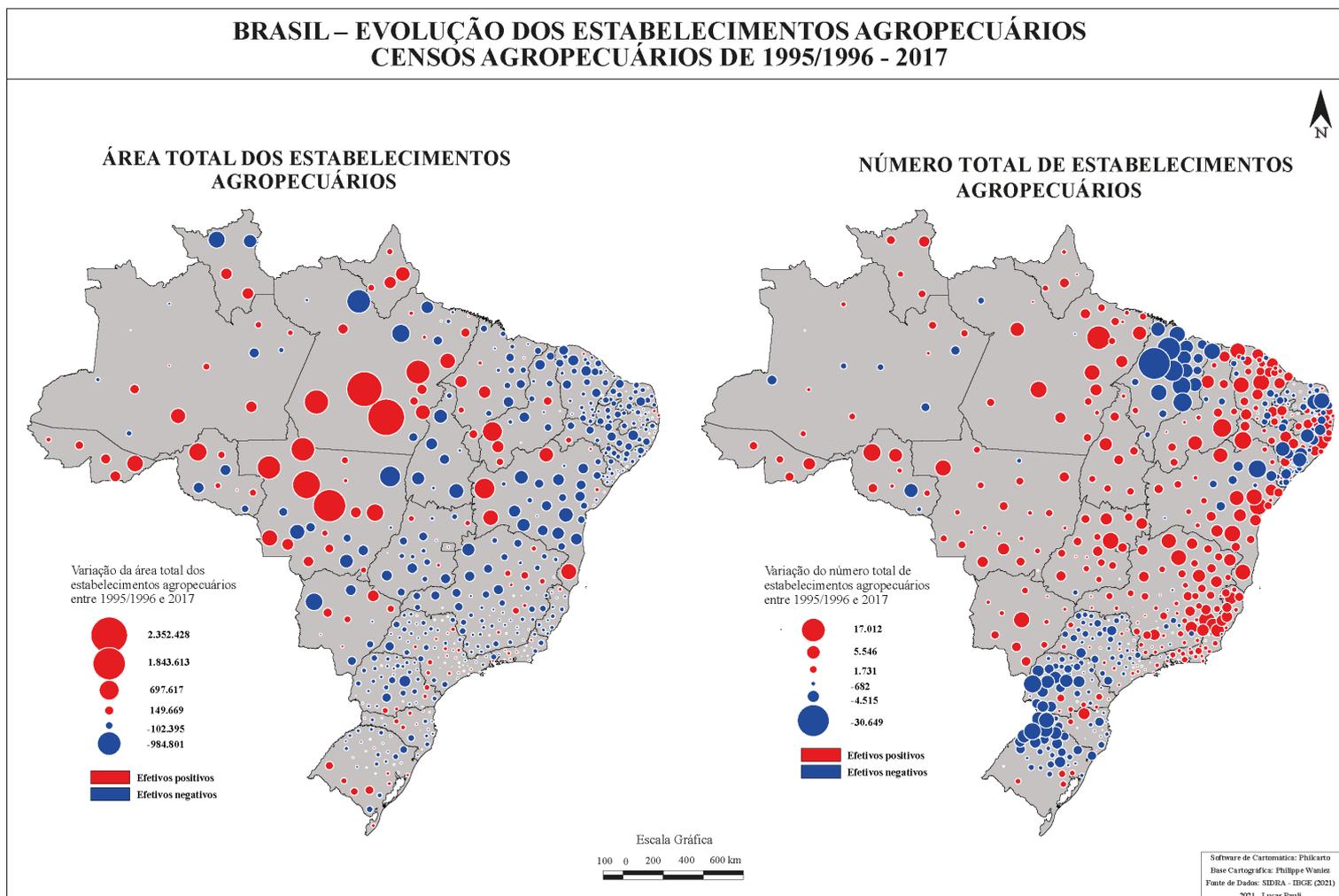
Fonte: SIDRA – IBGE (2021). Organização: Pauli (2021)

Para os estados, a Bahia apresentou o maior número nos três Censos, sendo 699.126, 761.558 e 762.848 estabelecimentos. A Bahia somou no período aumento de 63.722, equivalente a 9,1%. O estado com menor número, exceto o Distrito Federal, foi o Amapá com 3.349, 3.527 e 8.507 estabelecimentos. O Amapá no período indicou variação positiva de 5.158 estabelecimento e correspondeu a maior variação em porcentagem entre os estados com 154%. Para os estados com redução no período, Maranhão com menos 148,426 foi o mais expressivo

e seguido dos três estados do Sul, como visto no mapa 1<sup>6</sup> que deixou em evidência essa dinâmica das variações dos números de estabelecimentos para os estados.

**Mapa 1**

**BRASIL – EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS  
CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 1995/1996 - 2017**



No concerne a área total dos estabelecimentos agropecuários, a tabela 2 evidenciou que o Censo de 1995/1996 apresentou o maior número de área dentre os Censos analisados para o Brasil, foram 355.611.246 ha. No Censo de 2006 a área total foi de 333.680.037 ha, diminuição de 19.931.209 ha em relação a 1995/1996. Para o Censo de 2017 a área voltou a aumentar, contabilizando 351.289.816 ha, acréscimo de 17.609.779 ha comparado a 2006. Sobre o período, houve redução de 2.321.430, cerca de -0,7%.

Sobre às grandes regiões, a dinâmica foi oposta aos números de estabelecimentos, no qual a região Centro-Oeste apresentou menores números. Para as áreas, houve concentração na região nos três censos, 108.510.012. ha, 105.351.087 ha e 112.004.322 ha respectivamente. O

<sup>6</sup> O mapa utilizou as regiões geográficas imediatas (microrregiões).



Centro-Oeste no período aumentou 104.827 ha, significando a maior variação em porcentagem com 43,2%. Referente à grande região com menor número de área total, o Sul somou nos censos 44.360.364 ha, 41.781.003 ha e 42.875.310 ha. Também reduziu a área no período com menos 1.485.054 ha, em porcentagem -3,3%.

**TABELA 2 – Área total do estabelecimentos agropecuários 1995/1996, 2006 e 2017**

UFS E REGIÕES	Área total dos estabelecimentos Censo 1995/1996	Área total dos estabelecimentos Censo 2006	Área total dos estabelecimentos Censo 2017	Variação entre os Censos de 1995/1996 e 2017	Variação em % entre os Censos 1995/1996 e 2017
<b>Norte</b>	<b>58.358.880</b>	<b>55.535.764</b>	<b>65.213.349</b>	<b>6.854.469</b>	<b>11,7</b>
Rondônia	8.890.440	8.433.868	9.219.883	329.443	3,7
Acre	3.183.065	3.528.543	4.232.700	1.049.635	33,0
Amazonas	3.322.566	3.668.753	4.018.578	696.012	20,9
Roraima	2.976.817	1.717.532	2.636.279	-340.538	-11,4
Pará	22.520.229	22.925.331	28.419.453	5.899.224	26,2
Amapá	700.047	873.789	1.506.294	806.247	115,2
Tocantins	16.765.716	14.387.949	15.180.162	-1.585.554	-9,5
<b>Nordeste</b>	<b>78.296.096</b>	<b>76.074.410</b>	<b>70.893.865</b>	<b>-7.402.231</b>	<b>-9,5</b>
Maranhão	12.560.692	13.033.568	12.238.489	-322.203	-2,6
Piauí	9.659.972	9.506.597	10.009.858	349.886	3,6
Ceará	8.963.842	7.948.067	6.908.179	-2.055.663	-22,9
Rio Grande do Norte	3.733.521	3.187.928	2.723.148	-1.010.373	-27,1
Paraíba	4.109.347	3.787.404	3.424.540	-684.807	-16,7
Pernambuco	5.580.734	5.434.076	4.471.219	-1.109.515	-19,9
Alagoas	2.142.460	2.112.574	1.636.712	-505.748	-23,6
Sergipe	1.702.628	1.482.437	1.460.860	-241.768	-14,2
Bahia	29.842.900	29.581.760	28.020.859	-1.822.041	-6,1
<b>Sudeste</b>	<b>64.085.893</b>	<b>54.937.773</b>	<b>60.302.969</b>	<b>-3.782.924</b>	<b>-5,9</b>
Minas Gerais	40.811.660	33.083.509	38.168.688	-2.642.972	-6,5
Espírito Santo	3.488.725	2.839.854	3.246.763	-241.962	-6,9
Rio de Janeiro	2.416.305	2.059.462	2.375.373	-40.932	-1,7
São Paulo	17.369.204	16.954.949	16.512.145	-857.059	-4,9
<b>Sul</b>	<b>44.360.364</b>	<b>41.781.003</b>	<b>42.875.310</b>	<b>-1.485.054</b>	<b>-3,3</b>
Paraná	15.946.632	15.391.782	14.741.967	-1.204.665	-7,6
Santa Catarina	6.612.846	6.062.506	6.448.785	-164.061	-2,5
Rio Grande do Sul	21.800.887	20.326.715	21.684.558	-116.329	-0,5
<b>Centro-Oeste</b>	<b>108.510.012</b>	<b>105.351.087</b>	<b>112.004.322</b>	<b>3.494.310</b>	<b>3,2</b>
Mato Grosso do Sul	30.942.772	30.274.975	30.549.179	-393.593	-1,3
Mato Grosso	49.839.631	48.688.711	54.922.850	5.083.219	10,2
Goiás	27.472.648	26.136.081	26.275.245	-1.197.403	-4,4
Distrito Federal	244.930	251.320	257.047	12.117	4,9
<b>Brasil</b>	<b>353.611.246</b>	<b>333.680.037</b>	<b>351.289.816</b>	<b>-2.321.430</b>	<b>-0,7</b>

Fonte: SIDRA – IBGE (2021). Organização: Pauli (2021)

Acerca dos dados para os estados, o Mato Grosso abrangeu o maior número de área nos três censos, com 49.839.631 ha, 48.688.711 ha e 54.922.850 ha. No período exibiu aumento de 5.083.219 ha, mesmo que 10,2%. Para o estado com menor área retirando o Distrito Federal, o Amapá nos dois primeiros censos, registrado 700.047 ha e 873.789 ha. No Censo de 2017, o



Amapá aumentou a área para 1.506.294 ha. No período foi a maior variação em porcentagem com 115,2%. Com esse grande aumento para 2017, o Amapá deixou de ser o estado com menor área passando para Sergipe com 1.482.437 ha. No mapa 1 observamos essa dinâmica da variação das áreas no período entre os Censos, destacamos o processo de expansão da frente pioneira (THÉRY; MELLO THÉRY, 2018) na porção Norte do país entre os estados do Acre, Roraima, Mato Grosso e Pará onde houve grande variação positiva para o aumento das áreas dos estabelecimentos.

Adiante analisamos os grupos de área tanto para estabelecimentos e área total. Pertinente a tabela 3, sobre os grupos de áreas nos Censos Agropecuários de 1995/1996, 2006 e 2017 para o Brasil, os grupos foram padronizados de acordo com a série histórica atribuída no SIDRA - IBGE correspondendo: menos de 10 ha, 10 a menos de 100 ha, 100 a menos de 1.000 ha e 1.000 ha e mais. A primeira observação que podemos destacar foi a grande concentração do número de estabelecimentos no menor grupo de área “menos de 10 ha” nos três Censos, sendo equivalente a 49% em 1995/1996, para 2006 foi de 48% e 50% para 2017. Esse grupo também detém a menor área em relação ao total, possuiu no primeiro Censo 2,2%, para o segundo foi de 2,4% e 2,3% no último Censo.

A maior parte dos estabelecimentos agropecuários nos três últimos Censos estão concentrados no grupo de menor área, todavia a área total não corresponde essa concentração, já que representou pouco mais de 2% de área nos três censos. No período esse grupo de área apresentou o maior aumento de estabelecimentos em comparação com todos os grupos, com 141.307 estabelecimentos. Para a área total, aumento de 111.775 ha.

**TABELA 3 – Brasil: Área e estabelecimentos por grupos de área 1995/1996, 2006 e 2017**

GRUPOS DE ÁREAS	1995-1996		2006		2017		Variação 1995/1996 e 2017 (Estabelecimentos)	Variação 1995/1996 e 2017 (Área)
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)		
Menos de 10 ha	2.402.374	7.882.194	2.477.151	7.798.777	2.543.681	7.993.969	141.307	111.775
10 a menos de 100 ha	1.916.487	62.693.585	1.971.600	62.893.979	1.980.684	63.810.646	64.197	1.117.061
100 a menos de 1.000 ha	469.964	123.541.517	424.288	112.844.186	420.719	112.257.692	-49.245	-11.283.825
1.000 ha e mais	49.358	159.493.949	47.578	150.143.096	51.203	167.227.511	1.845	7.733.562
Produtor sem área*	*	*	255.019	_____	77.037	_____	_____	_____
Total	4.859.865	353.611.246	5.175.636	3.368.037	5.073.324	351.289.816	213.459	-2.321.430

\*No Censo agropecuário de 1995/1996 esse grupo de área não era considerado.

Fonte: SIDRA – IBGE (2021). Organização: Pauli (2021)



Outro dado importante na análise dos estabelecimentos agropecuários contido na tabela 3, foi a quantidade de área no maior grupo de áreas “1.000 ha e mais”. No Censo de 1995/1996, a área desse grupo referente ao total foi proporcional a 45% e manteve os 45% para 2006. Já em 2017 houve aumento para 48%. Dessa forma, com grande concentração da área total nesse grupo, os estabelecimentos foram poucos em relação ao total representando 1% em ambos os censos. Sobre o período, houve aumento de estabelecimentos com 1.845 e para área total correspondeu ao maior acréscimo dentre os grupos com 7.733.562 ha. Com os dados da tabela 3 podemos afirmar que a distribuição dos estabelecimentos e da área total pelos grupos de área foi concentradora, especialmente em termos de área, pelo fato do maior grupo de área possuir 45% (1995/1996 e 2006) a 48% (2017) de todas as áreas e apenas 1% dos estabelecimentos nos censos analisados.

Pertinente aos dados sobre a condição dos produtores em relação às terras, organizados na tabela 4, que são imprescindíveis para analisar os estabelecimentos agropecuários, pois podemos diferenciar “quem” possui os estabelecimentos e suas áreas. Dentre as condições elencadas pelos censos, os Proprietários que segundo definição de IBGE (2019) são aqueles que tem área própria, foi a condição que apresentou maior número de estabelecimentos e de área. Para o Censo de 1995/1996 foram registrados 3.604.343 estabelecimentos para os Proprietários (74% do total). Para a área, foram 331.654.981ha (94% do total). Em 2006, os números foram 3.946.411 estabelecimentos (76% do total). Sobre a área contabilizaram 310.515.259 há (93% do total).

**TABELA 4 – Brasil: Condição em relação às terras 1995/1996, 2006 e 2017**

CONDIÇÃO	1995 -1996	2006	2017	Variação entre os censos de 1995/1995 e 2017	Variação em % entre censos de 1995/1995 e 2017
<b>ÁREA (ha)</b>					
Proprietário	331.654.891	310.515.259	316.144.612	-15.510.279	-4,7
Assentado sem titulação definitiva	—	5.758.341	5.916.659	—	—
Arrendatário	8.649.002	9.055.047	17.010.493	8.361.491	96,7
Parceiro	3.174.527	1.985.839	5.062.963	1.888.436	59,5
Ocupante	10.132.826	6.365.552	7.155.090	-2.977.736	-29,4
Total	353.611.246	333.680.037	351.289.816	-2.321.430	-0,7
<b>ESTABELECEMENTOS</b>					
Proprietário	3.604.343	3.946.411	4.108.639	504.296	14,0
Assentado sem titulação definitiva	—	189.193	258.309	—	—
Arrendatário	268.294	230.121	160.124	-108.170	-40,3
Parceiro	277.518	142.534	115.208	-162.310	-58,5
Ocupante	709.710	412.358	354.007	-355.703	-50,1
Produtor sem área	—	255.019	77.037	—	—
Total	4.859.865	5.175.636	5.073.324	213.459	4,4

Fonte: SIDRA – IBGE (2021). Organização: Pauli (2021)



No Censo de 2017, os dados para Proprietários foram de 4.108.639 estabelecimentos, (80% do total). Acerca da área contaram com 316.144.612 ha (90% do total). No período houve variação negativa para os números de estabelecimentos com menos 15.510.279, equivalente a -4,7% e aumento da área em 504.296 ha, significando 14%. Os dados sobre Proprietários exprimem concentração em relação a área total, com 90% nos três Censos analisados e para os estabelecimentos na ordem dos 70% também são de posse dos Proprietários.

Outra condição que apresentou dados significativos foram os Arrendatários, que por definição do IBGE (2019) são aqueles que exploram áreas de terceiros mediante a pagamento de quantia fixa em dinheiro ou equivalência em produtos. Em 1995/1996 a área sob essa condição era de 8.649.002 ha (2,4% do total). Já o número de estabelecimentos foram de 268.294 (5,5% do total). Para 2006 a área aumentou comparado ao censo anterior, passando a 9.055.047 ha (2,7% do total). Contudo, os estabelecimentos diminuíram, contabilizando 230.121 (4,4% do total). Em 2017 houve grande aumento da área para 17.010.493 ha (5% do total). Sobre os estabelecimentos que indicaram tendência contrária, com grande diminuição entre os Censo de 2006 e 2017, contabilizaram 160.124 (3% do total).

Os Arrendatários foram a condição da qual houve o maior aumento de área no período, com acréscimo de 8.361.491 ha, variação de 96,7%. Quanto ao número de estabelecimentos apresentou diminuição, com menos 108.170, cerca de menos 40%. Esses dados propõem um processo de incorporação (arrendamento) de áreas, como visto no aumento para o período, ao passo da redução do número de estabelecimentos. Então, os estabelecimentos que arrendaram as suas áreas foram deixando de ser contabilizados, em virtude que essa área foi somada ao outros estabelecimentos, formando apenas um.

Para os Parceiros, definidos pelo IBGE (2019) como aqueles que utilizam propriedades de terceiros e exploram a área mediante a pagamento previamente ajustado de parte da produção (meia, terça quarta etc.), condição que demonstrou comportamento semelhante aos dos Arrendatários, com aumento da área e diminuição dos estabelecimentos. Os dados para 1995/1996 somaram área de 3.174.527 ha (1% do total). Já os estabelecimentos computaram 277.518 (6% do total). No Censo de 2006, os número diminuíram para a área, contabilizando 1.985.839 ha (0,5% do total). Os estabelecimentos seguiram a mesma tendência de diminuição com 142.534 (3% do total). Em 2017, a área aumentou para 5.062.963 ha (1,5% do total). Para os estabelecimentos houve continuação da diminuição, registrando 115.208 (2% do total). No período, os Parceiros aumentaram a área em 1.888.436 há, equivalente a 59,5% e diminuíram em 162.310 os estabelecimentos, mesmo que -58,5%.



Referente aos dados da condição de Ocupantes<sup>7</sup>, caracterizados segundo IBGE (2019) como produtores que utilizam área pública ou particular sem nada a pagar pelo seu uso. Essa condição apresentou diminuição ao longo do período, tanto para área e estabelecimentos. O Censo de 1995/1996 registrou área de 10.132.826 ha (3% do total). No que diz respeito aos estabelecimentos o número foi de 709.710 (14% do total). Em 2006 os dados diminuíram com 6.365.552 ha para áreas (2% do total) e para os estabelecimentos foram contabilizados 412.358 (8% do total). No Censo de 2017, houve pequeno aumento na área com 7.155.090 há (2% do total). Os estabelecimentos diminuíram para 354.007, cerca de 7% do total. No período, a diminuição da área foi de -2.977.736 ha, mesmo que - 29% e para os estabelecimentos - 355.703, proporcional a -50%.

Por fim, os dados sobre Assentados sem titulação que segundo IBGE (2019) são os produtores que ainda não receberam a outorga do órgão fundiário da área concedida com o título definitivo e para os Produtores sem área definidos pelo IBGE (2019) como produtores que não possuem nenhum registro de área, apenas de produção. Essas condições não foram recenseadas no Censo de 1995/1996, apenas a partir de 2006. Os dados para a condição de Assentado sem titulação definitiva em 2006, contabilizaram 5.758.341ha para área (1,7% do total). Sobre os estabelecimentos contaram com 189.193 (3,6% do total). Para o Censo de 2017 a área recenseada foi de 5.916.659 ha (1,7% do total). Os estabelecimentos aumentaram em 258.309 (5% do total). Quanto a condição de Produtor sem área, por definição do IBGE esses produtores não detêm nenhum tipo de área, apenas estabelecimentos. No Censo de 2006, foram contabilizados 255.019 estabelecimentos (5% do total) para essa condição e reduzindo para 77.037 (1,5% do total) em 2017. Como já mencionado, essa redução foi devido a mudanças metodológicas na definição do Produtor sem área no Censo de 2017.

O último dado elencado para análise dos estabelecimentos agropecuários foi o uso da terra. A tabela 5 apresentou os dados em área sobre lavouras permanentes e temporárias, pastagem total e matas/florestas total e a prancha de mapas 1, a espacialização desses dados para o período. A Pastagem total foi composta de acordo com IBGE (2019) pela soma da pastagem natural (pasto não plantado), pastagem plantada (pastagem plantada destinada pastejo de animais) e pastagem plantada degradada (pastagem plantada destinada pastejo de animais, porém com ausência de manutenção e com problemas de erosão, plantas invasoras e cupinzeiros). A Pastagem total entre os três Censos foi o uso que apresentou maior área,

---

<sup>7</sup> No Censo 2017, houve a inclusão da categoria “Terras em regime de comodato”. Para comparação de “Terras ocupadas” entre 2017 e 2006, há que somar os valores (2017) de “Terras ocupadas” e de “Terras em regime de comodato” e compará-los com os valores (2006) de “Terras ocupadas”.



contudo indicou variação negativa no período. Para o Censo de 1995/1996 a área com pastagem era de 177.700.472 ha (55% do total). No Censo 2006, a área diminuiu para 160.042.062 ha (50% do total) e chegou ao menor número no Censo de 2017 com 159.497.547 ha (47% do total). No período, a redução foi de menos 18.202.925 ha, o mesmo que -10%.

Então, houve uma redução gradativa desse uso da terra no Brasil. No mapa 3 da prancha 1, foi possível notar que maior parte do território brasileiro reduziu a sua área com pastagem, menos a porção norte que mostrou aumento nos estados do Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima e parte do Mato Grosso, onde ocorre a incidência da frente pioneira, sendo possível ver o arco de expansão no território (círculos na cor laranja) no mapa.

**TABELA 5 – Brasil: Uso da terra 1995/1996, 2006 e 2017**

USO DA TERRA (Área em ha)	1995/1996	2006	2017	Variação entre os Censos 1995/1996 e 2017	Variação em % entre os Censos 1995/1996 e 2017
Lavoura permanentes	7.541.626	11.679.152	7.755.817	214.191	3
Lavoura temporárias	42.562.858	44.609.043	55.642.060	13.079.202	31
Pastagem total	177.700.472	160.042.062	159.497.547	-18.202.925	-10,2
Matas e florestas total	94.293.589	100.040.934	115.233.717	20.940.128	22,2
TOTAL	322.098.544	316.371.191	338.129.141	16.030.597	5

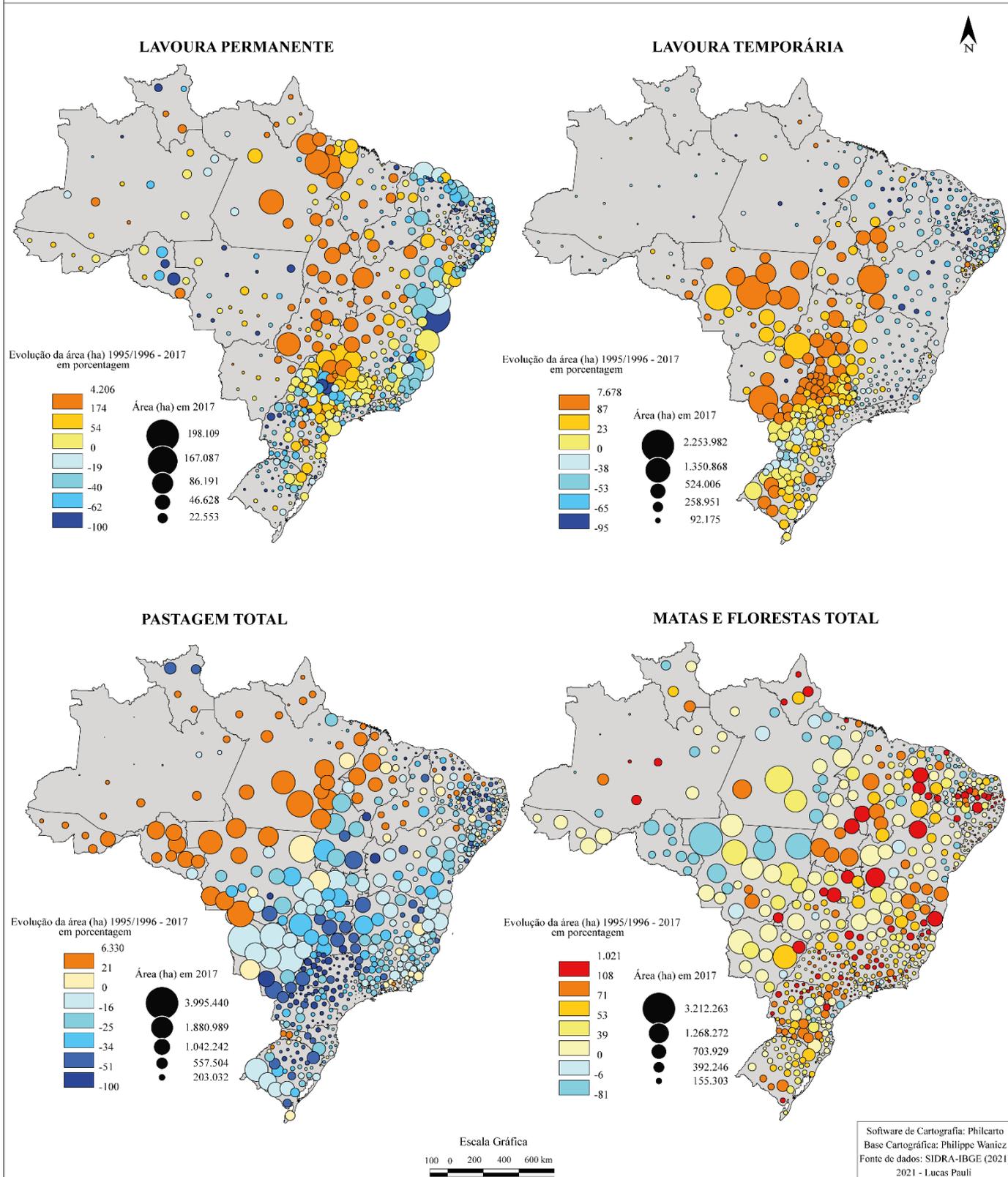
Fonte: SIDRA – IBGE (2021). Organização: Pauli (2021)

O segundo uso com maior área foram Matas e Florestas total, formadas segundo IBGE (2019) por florestas plantadas (áreas cobertas por matas e florestas plantadas com espécies florestais, nativas ou exóticas), matas ou florestas naturais (preservação permanente ou reserva legal e para uso extrativista/manejo florestal sustentável). No Censo de 1995/1996 a área era de 94.293.589 ha (29% do total). Em 2006, houve um aumento para 100.040.934 ha (32% do total). Esse aumento continuou para 2017, registrando 115.233.717 ha (34% do total). No período, foi a maior variação absoluta com 20.940.128 ha, representado 22%. Na prancha 1, o mapa 4 demonstrou que apenas o Norte, especialmente em Rondônia e parte do Mato Grosso apresentaram redução da área no período,



## Prancha de mapas 1

### BRASIL – USO DA TERRA CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 1995/1996 - 2017





As Lavouras Temporárias, classificadas de acordo com IBGE (2019) como áreas plantadas de culturas de curta duração e que só produzem uma vez, sendo necessário um novo plantio a cada colheita, esse uso foi o terceiro com maior área. Para o Censo de 1995/1996, a área era de 42.562.858 ha (13% do total). Já em 2006, a área aumentou para 44.609.043 ha (14% do total). No Censo 2017, a tendência de aumento continuou, com 55.642.060 ha (16% do total). Em relação ao período, houve acréscimo de 13.079.202 ha, mesmo que 31%, sendo a maior variação porcentual entre os usos. A prancha 1, no mapa 2 podemos notar a concentração das áreas de lavoura temporária nos estados de São Paulo, Mato Grosso do sul, Mato Grosso, Goiás e na região conhecida como MATOPIBA que compreende os municípios do Maranhã, Tocantins, Piauí e Bahia. Esses estados demonstraram concentração da área com produção ligada ao agronegócio, especialmente com Cana-de-açúcar, Milho e Soja.

Concluindo, para Lavouras Permanentes, formadas conforme IBGE (2019) por áreas plantas com culturas de longa duração e que após a colheita não é necessário um novo plantio. A área registrada para esse uso no Censo de 1995/1996 foi de 7.541.626 ha (2,3% do total). Em 2006 a área com Lavoura Permanente aumentou para 11.679.152 ha (4% do total). Contudo, no Censo de 2017 a área diminuiu para 7.755.817 ha (2,2% do total). Sobre o período, o acréscimo foi de 214.191 ha, cerca de 3%. Na prancha 1, mapa 1 as áreas com predominância de variação positiva no período foram localizadas nos estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e norte do Pará e oeste da Bahia. Já na região Norte, houve exponencial redução e parte do estado de São Paulo não demonstrou grande aumento no período, mesmo concentrando parte da produção de laranja, umas das principais lavouras permanentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise dos estabelecimentos agropecuários nos três últimos Censos agropecuários, pontuamos que para compreender as variações entre cada dado apresentado torna-se necessário retomar as metodologias e notas técnicas adotadas nos Censos para o recenseamento. Mudanças metodológicas, podem modificar na quantidade, como diminuição ou aumento de uma variável, por exemplo, o caso do número de estabelecimentos que diminuiu entre o Censo de 2006 para 2017 devido a mudança da definição dos “produtores sem área”.

Outra consideração referente ao trabalho foi que analisar os dados dos estabelecimentos agropecuários questões relacionadas a estrutura fundiária se apresentam como fundamentais na discussão, porém levamos em conta como os estabelecimentos agropecuários são definidos pelo IBGE, sendo áreas com algum tipo de produção agropecuária e com isso diferente dos dados



do INCRA sobre imóveis rurais (propriedade jurídica). Dessa forma, reconhecemos as limitações dos dados do IBGE para afirmar certas dimensões da estrutura fundiária, contudo os dados apresentados evidenciam a concentração dos grandes grupos de área em poucos estabelecimentos agropecuários.

Por fim, afirmamos que é necessário compreender os dados produzidos pelos Censos Agropecuários a partir de uma visão crítica, sem adotar neutralidade perante os números, considerando o contexto em que se inserem, no caso os processos que resultam na questão agrária brasileira.

## REFERÊNCIAS

BUAINAIN, A. M; SOUZA FILHO, H. M. Censos Agropecuários e a política agrícola no Brasil: 1920 - 2006. In: SENRA, N. de. Censo entra em campo: o IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários. IBGE, 2014.

BALSADI, O. V. O trabalho agrícola nos Censos Agropecuários: uma visão histórica. In: SENRA, N. de. Censo entra em campo: o IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários. IBGE, 2014.

FERNANDES, B. M. Questão agrária, pesquisa e MST (São Paulo: Cortez). 2001.

FLORIDO, A. C. S. Breve histórico dos censos agropecuários. 2004. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/HistoricoCensosAgropecuarios.pdf>. Acessado em: 10/05/2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 1995-96. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

MITIDIERO JUNIOR, M. A; BARBOSA, H. J; DE SÁ, T. H. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. PEGADA - Revista da Geografia do Trabalho, v. 18, n. 3, 2017.

SENRA, N. de. Censo entra em campo: o IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários. IBGE, 2014.

STÉDILE, J. P.(Org.). A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária. 1946 – 2003. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

THÉRY, H; Mello-Théry, N. A. *Atlas do Brasil*. Disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: Edusp. 3ª ed. 2018.